



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

O apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas tem vindo a ser integrado como uma política de longo prazo nas Linhas de Acção Governativa, sendo os planos de crédito e de garantia de crédito as formas de apoio mais predominantes. Na verdade, muitas pequenas e médias empresas estão a enfrentar ainda inúmeros problemas derivados do ambiente de negócios, cuja relevância merece ser objecto de reforma da administração pública.

Por exemplo o sector de explicações e cuidados a crianças é uma necessidade que nasce do facto de os pais serem hoje em dia ambos trabalhadores e alguns deles terem de trabalhar em regime de turnos. Só que, em termos de fiscalização, o sector está sujeito ao “regime do licenciamento e fiscalização dos centros de apoio pedagógico complementar particulares”, que já está em vigor há anos, logo, desfasado das actuais realidades. A morosidade na obtenção de licença constitui um obstáculo para um desenvolvimento activo, para além dos graves efeitos sobre a qualidade dos serviços causados por instituições não licenciadas, problema este que muito preocupa os encarregados de educação e alunos relativamente à protecção dos seus direitos e interesses.

Segundo o sector, de acordo com o actual regime jurídico, os centros de apoio pedagógico particular apenas podem ser instalados em fracções para fins comerciais ou em centros comerciais, e o pedido de licença passa por 4 serviços públicos. Se as instalações não dispuserem de compartimentos, então, na melhor das hipóteses, a respectiva licença pode ser obtida num período de 3 a 4 meses; caso contrário, dentro de 7 a 8 meses ou até 1 a 2 anos. Durante esse lapso de tempo, deixa o centro de funcionar, mas sujeita-se na mesma ao pagamento das rendas, que são hoje em dia bastante exorbitantes. Além disso, não poucos centros foram despejados, tendo assim sido chamados a enfrentar uma maior pressão

IE-2018-04-19-Song Pek Kei (p) (fb-mmc)



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

económica. São, portanto, cada vez mais pesados os encargos para a sua manutenção.

A baixa eficiência na apreciação e autorização das licenças tem sido desde longa data um obstáculo para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, um fenómeno que não só se passa no sector de explicações, mas também no sector de comes e bebes. As razões que conduzem a esta situação são diversas, entre as quais figuram a falta de coordenação entre os diversos serviços públicos e as normas constantes do Regulamento da Segurança Contra Incêndios e o Regulamento Geral de Construção Urbana, enquanto suportes legais da autorização, desajustadas à real situação da sociedade. Em termos de Regulamento da Segurança Contra Incêndios, há uma duplicação de trabalhos entre a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes e o Corpo de Bombeiros, pois a primeira só pode comunicar ao interessado a sua posição relativamente a um mesmo projecto, após ouvir o parecer do segundo, afectando assim directamente a eficácia dos trabalhos.

Por serem as pequenas e médias empresas uma relevante pedra basilar para o desenvolvimento social, há que reforçar no futuro os apoios administrativos e aperfeiçoar os respectivos regimes jurídicos, no sentido de reduzir os custos desnecessários de exploração e alargar activamente os espaços de desenvolvimento para as pequenas e médias empresas e para os jovens empresários, pois só assim é que se consegue criar um ambiente de negócio facilitador para os residentes e propício para os empresários.

Sendo assim, interpelo sobre o seguinte:

1. Por as normas do “regime do licenciamento e fiscalização dos centros de apoio pedagógico complementar particulares”, em vigor há anos, estarem desajustadas da realidade, é que os serviços competentes anunciaram no ano transacto a sua revisão no corrente ano, mas, até ao presente momento, nem sombras disso. Quais, então, as razões concretas para adiar a sua entrada em processo legislativo? Qual o ponto de situação dos respectivos trabalhos? Em que fase se encontram actualmente?

IE-2018-04-19-Song Pek Kei (p) (fb-mmcc)



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2. Sendo a simplificação dos procedimentos para o licenciamento uma das prioridades da reforma administrativa, vai o Governo usar como referência a “Agência Única para Licenciamento de Estabelecimentos de Comensal e Bebidas” do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais na revisão do “regime do licenciamento e fiscalização dos centros de apoio pedagógico complementar particulares”, de forma a concentrar os poderes de apreciação e autorização num único serviço público, concretizando assim a forma expedita de licenciamento por agência única. Por ser longo o período para a emissão da licença, criam-se facilmente pressões económicas, nomeadamente, ao nível das rendas, antes da efectiva ocupação. Pensa o Governo em emitir licenças provisórias, se se preencherem as exigências em termos de segurança contra incêndios e condições sanitárias?

19 de Abril de 2018

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Song Pek Kei

IE-2018-04-19-Song Pek Kei (p) (fb-mmcc)